



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

ATA Nº 8/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2020

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, na sala das sessões dos Paços do Concelho reuniu a Câmara Municipal sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, Salvador Malheiro Ferreira da Silva, com a presença dos Vereadores, Domingos Manuel Marques Silva, Ana Isabel Tavares Cunha, Artur Manuel Borges Duarte, Alexandre Valente Rosas Caetano, Maria Júlia Lopes Oliveira, Ruben Américo Jorge Ferreira, Maria de Fátima Oliveira Bento e Vitor Manuel Soares Oliveira.-----

Achava-se igualmente presente Susana Cristina Teixeira Pinto, Diretora do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro, coadjuvada por Mário Rui Almeida Barata, ao abrigo da deliberação proferida pela Câmara Municipal em 26 de Outubro de 2017, relativa à elaboração das atas das reuniões do órgão, e do despacho de coadjuvação emanado pela Diretora de Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro.-----

Atendendo ao disposto no nº 2 do artigo 3º da Lei 1-A/2020, de 19 de março, esta reunião foi gravada e transmitida em direto em plataforma digital de acesso público. -----

Às 09:45 horas o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu início à reunião, tendo informado da reunião do Conselho Intermunicipal da Região de Aveiro, a primeira reunião após a situação de pandemia.-----

De entre os assuntos tratados, salientou a obra da Barrinha de Esmoriz, tendo sido informado da *disputa* jurídica em curso entre a empresa que iniciou os trabalhos, a ABB, e a Polis da Ria de Aveiro, que decidiu revogar esse primeiro contrato, e que teve como consequência a suspensão da obra. Referiu, ainda, que apenas cerca de 30% dos dragados foram retirados, que é o cerne daquela obra, e dada a grande importância da mesma para o concelho, constitui uma grande preocupação o facto dos trabalhos estarem parados, sendo previsível que os mesmos não serão retomados antes de setembro, e tudo irá fazer para que a obra seja concluída em todas as suas vertentes. -----

Deu também conhecimento de reunião do Conselho de Administração da AdRA – Águas da região de Aveiro, SA, na qual será tratada a obra da 2ª fase de saneamento em Maceda, cuja consignação será realizada nos próximos dias.-----

Informou que, amanhã, dia 22 de maio, terá lugar a visita oficial do Senhor Presidente da República a Ovar, acompanhado do Senhor Primeiro-Ministro, dos Senhores Ministros da Administração Interna e Economia, e da senhora Ministra da Saúde, para além de vários Secretários de Estado. Mais referiu que esta visita surge da interação que existiu no período mais intenso de pandemia e do reconhecimento nacional pelo esforço e performance do povo vareiro na gestão desta catástrofe que, infelizmente, assolou o concelho de Ovar. -----

Considerou, ainda, que é público que esse reconhecimento existe por parte destas entidades, Presidente da República e Primeiro-Ministro relativamente à resiliência e boa gestão desta



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

situação, contrariamente a algumas vozes à escala local, assim como, esta visita constituirá uma merecida homenagem a todos aqueles que estiveram na linha da frente no combate a esta pandemia, que não estando ainda resolvida, está controlada, não havendo casos positivos há já alguns dias.-----

Informou, também, que amanhã será realizada a consignação dos trabalhos de Requalificação da envolvente à Estação e Jardim Almeida Garrett, em Ovar, num investimento de cerca de 970 mil euros, obra que considerou estrutural para o Município, que abrange uma zona importante da cidade de Ovar e com grande influência na vida da cidade e do concelho. Dado que o prazo para a sua conclusão é de 360 dias, espera-se que a mesma esteja concluída no segundo semestre de 2021.-----

Salientou que, brevemente, se dará início à obra de Requalificação dos Largos 1º de Dezembro, Santa Camarão, Combatentes e percursos de ligação – Rua Visconde de Ovar.---

Expressou uma palavra de reconhecimento aos Bombeiros Voluntários de Ovar, pelo seu 124º aniversário, que será comemorado no próximo sábado, e no qual irá estar presente.-----

Informou que o executivo municipal teve conhecimento da intenção do Centro Social e Paroquial de São Pedro de Maceda de encerrar algumas das suas valências, nomeadamente, a creche e o ensino pré-escolar.-----

Sobre esta matéria salientou que a Câmara Municipal tem alguma responsabilidade no que respeita ao ensino pré-escolar e, nessa medida, foram já assumidas medidas com o objetivo de aumentar a oferta nos estabelecimentos públicos do pré-escolar, designadamente na Pré-Primária da Estrada. Relativamente à creche, referiu que, não sendo da responsabilidade do Município, é um serviço importante para a comunidade, pelo que estão a ser desenvolvidos esforços para que este serviço seja assegurado por outras instituições.-----

Esclareceu que, relativamente ao IMI Familiar, foi já confirmado pelo Ministério das Finanças que os contribuintes abrangidos terão o benefício previsto, nos termos já anunciados.-----

Por fim, reafirmou que todos os trabalhadores de Ovar e de fora do concelho que trabalham em Ovar, e que foram impedidos de o fazer devido à cerca sanitária municipal vão receber as suas retribuições a 100%, correspondente a todo o período em que o referido cerco esteve em vigor, o que corresponde à posição assumida, desde a primeira hora, pela senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.-----

A senhora Vereadora Fátima Bento fez a seguinte intervenção:-----

“DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS EM CORRELAÇÃO COM A INEFICIÊNCIA DA ÁREA DE URBANISMO-----

No passado dia 23 de janeiro, voltamos a fazer referência à iminente necessidade de avançar com a desmaterialização de processos e reorganização dos serviços na área do urbanismo, já que agora tínhamos inclusive o reforço do tempo afeto de um dos vereadores, a quem foi atribuída essa responsabilidade adicional, questionar novamente sobre o andamento dos trabalhos e saber para quando o impacto dos mesmos na celeridade dos supramencionados serviços.-----

Pois, volvidos 4 meses e, não obstante os constrangimentos inerentes ao contexto gerado pelo COVID-19, muitas têm sido as vozes dos que referem que estes serviços da CMO como estando "sem rei nem roque". Referindo-se, no que diz respeito aos serviços de urbanismo, que esta é uma das piores Câmaras do país com as quais se relacionam – aos que lhes é, ao que nos foi transmitido, comumente mencionado que, se não estão satisfeitos, podem ir para outros municípios - nalguns casos, 6 anos depois dos processos terem dado entrada.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

São feitas referências de que estes serviços “estão um desastre”. As queixas são cada vez mais generalizadas, quer dos técnicos (engenheiros, arquitetos...), quer dos proprietários e dos investidores - Ovar conquistou um anátema e não só do COVID-19!-----
ENCERRAMENTO DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MACEDA VS MEDIDA DE APOIO ÀS IPSS'S COM VALÊNCIA DE ERPI - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS-----

Esta semana fomos informados acerca da intenção de encerramento dos serviços socioeducativos da instituição CSPSP Maceda (Centro Social Paroquial São Pedro Maceda). Dezenas de famílias estão em alarme social perante esta comunicação verbal que, ao que tudo indica, irá surtir efeito já no próximo ano letivo (2020-2021). Como fundamento para o referido encerramento, foi invocada pelos responsáveis da referida instituição, a falta de condições relativamente à possibilidade de cumprimento das orientações dadas pelo DGS para prevenção e controlo de casos COVID-19 (mas não em detalhe), bem como a falta de apoio por parte dos parceiros sociais, nos quais se inclui a CMO.-----

Sendo o que está em causa é o fecho dos serviços no próximo ano letivo 2020-2021, com inicio em setembro, tendo havido já uma abertura nas recomendações anteriormente emitidas pela DGS, os pais consideram que o motivo anunciado não transparece a verdadeira razão da suspensão dos serviços socioeducativos da instituição.-----

A instituição CSPSPM dá apoio social a crianças (dos 4 meses de idade ao pré-escolar) e dispõe de capacidade para 86 utentes (crianças). Dispõem também de respostas sociais dirigidas a pessoas idosas, tais como Centro de dia, Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário.-----

Para a resposta aos serviços de creche e pré-escolar a instituição conta com 8 assistentes e 4 educadoras, que foram já informados da decisão de fecho dos serviços socioeducativos. Mais 12 pessoas a engrossar a taxa de desemprego do Concelho de Ovar.-----

De acordo com a informação disponível (relatórios de contas), nos últimos anos a instituição apresentou resultados líquidos positivos acima das centenas de milhares de euros.-----

Primeira questão a colocar este executivo, inerente à situação anteriormente descrita, sendo a CMO um parceiro social desta instituição (CSPSPM) e, tendo em conta a gravidade da mesma, particularmente num contexto como o que vivemos, qual o seu posicionamento no que diz respeito não só quanto à decisão de encerramento como, este a concretizar-se, qual o eventual apoio que estão a prever dar às estas famílias que, no espaço de poucos meses, juntam a outros problemas, mais este, inerente à falta de solução para os seus filhos.-----

No espaço de 15 dias, fica evidenciada a superficialidade de medidas como o “apoio às IPSS's com valência de ERPI - Estrutura Residencial para Idosos” que, apesar de meritória pois contemplava o reforço de verba para atribuição de subsídios e comparticipação, até 75.000€, para adaptação das infraestruturas de modo a que estas obedeçam às novas regras impostas pelo contexto COVID-19 “esqueceu-se”, cabalmente, das entidades que têm valências ligadas à infância que são igualmente relevantes no que ao direito ao apoio se refere ou seja, mais do mesmo!-----

Dever-se-ia, pois, estender esta medida às IPSS's que, no âmbito da sua ação, dispõem de valências ao nível da infância uma vez que, a continuidade deste tipo de apoio às crianças e respetivas famílias, se reveste de particular importância, principalmente no atual contexto.” --
O senhor Presidente da Câmara Municipal considerou lamentáveis as considerações tecidas pela senhora Vereadora sobre esta Câmara Municipal.-----

Mais referiu que os serviços municipais atuais já existem há muitos anos, e dizer que esta é das piores Câmaras Municipais do país é de todo lamentável e injusto, pois temos dados em sentido contrário, designadamente, que nos foram transmitidos por inspeções realizadas pela



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Inspeção Geral de Finanças, no sentido em que somos uma Câmara Municipal exigente, que não compactua com qualquer atropelo à lei, sem prejuízo de existirem algumas ineficiências, que procuramos sempre resolver e ultrapassar. -----

Reafirmou a sua convicção de que Ovar irá ficar associado a esta pandemia de forma positiva, não só pelos números, que são públicos, mas, sobretudo, pela forma como foi capaz de controlar a pandemia, com excelentes resultados. -----

Considerou que é hora de todos começarem a ajudar e a enaltecer os aspetos positivos e não estar consecutivamente a realçar os aspetos negativos. -----

No que respeita à desmaterialização, reafirmou que é um objetivo que o executivo municipal pretende concretizar, estando a desenvolver esforços nesse sentido. -----

Expressou a sua estupefação por a senhora Vereadora considerar que há falta de apoio às instituições sociais por parte da Câmara Municipal, quando esta Câmara Municipal, da qual faz parte, foi a Câmara Municipal que mais apoiou as Instituições do concelho, e esta em particular. -----

Referiu, ainda, que esta situação será replicada em muitas outras instituições do país, uma vez que foram definidas novas regras, sem haver a preocupação de saber se as instituições têm capacidade de cumprir todas as novas regras definidas. -----

Considerou que as condições financeiras da instituição permitirão fazer um esforço no sentido de manter estas valências, e esse será um assunto que o executivo irá debater com a direção da instituição, com espírito de colaboração e solidariedade, no sentido de que a instituição possa continuar a assegurar as valências que atualmente assegura. -----

O senhor Vereador Domingos Silva salientou que, em 2014, a Câmara Municipal adquiriu o edifício do Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Maceda, no valor de 275 mil euros, e já nessa altura seria intenção da instituição encerrar a creche e o pré-escolar. -----

Mais referiu que, no contrato de aquisição estava previsto que a instituição desocupasse as instalações até 2017. No entanto, a Câmara Municipal tem vindo a autorizar a prorrogação desse prazo, permitindo que a instituição continue a ocupar o espaço, apesar do preço da aquisição já ter sido integralmente pago. -----

Nessa medida, desafiou o senhor Presidente da IPSS em causa, ou qualquer outro membro da respetiva direção, a declarar que houve falta de apoio desta Câmara Municipal. -----

No que respeita às instituições com estrutura residencial de apoio a idosos, considerou que a principal dificuldade reside na necessária adaptação da estrutura física dos lares, nomeadamente no sentido de assegurar circuitos distintos para pessoas infestadas e condições de isolamento para as mesmas, tendo a Câmara Municipal feito um esforço para apoiar as instituições para que possam adaptar as suas instalações. -----

Salientou que, em todas estas valências, a primeira resposta tem que ser da Segurança Social, entidade competente nesta área, sendo que as Câmaras Municipais vão muito além das suas competências nestas matérias. -----

Mais declarou que nunca viu por parte dos Vereadores do PSD, em 20 anos de oposição, nem por parte dos Presidentes e Vereadores do PS, tão grande desrespeito pelos titulares de cargos políticos, consubstanciado nas expressões e posições que os atuais vereadores do Partido Socialista têm assumido, expressando o seu completo repúdio por essas posições. -----

A senhora Vereadora Fátima Bento, relativamente ao Centro Social e Paroquial de São Pedro de Maceda, reiterou que as questões que apresentou foram relatadas pelos pais, e a questão posta foi no sentido de, se a Câmara Municipal apoiou a instituição, qual a razão para esta tomada de posição. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Mais referiu que, independentemente das posições assumidas, e relativamente à desmaterialização, não conseguiu, em momento algum, perceber qual é o ponto de situação.

O senhor Vereador Artur Duarte considerou que é lógico e evidente preferirem uma vereação que não estivesse atenta e fosse simpática, mas está aqui para representar a população vareira, e se fosse para discutir a falta de respeito haveria muito para debater, mas não é o momento para o fazer.

Solicitou esclarecimentos sobre a situação da ABTF, nomeadamente, sobre a última vistoria realizada.

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre a situação dos transportes públicos no concelho, nomeadamente, a ligação do Furadouro a Ovar.

De seguida fez a seguinte intervenção:

“REVISÃO Nº 2 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2020

Ainda que o documento nos tenho sido facultado só para conhecimento, analisamos com a merecida atenção a 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2020. Dessa análise resulta a nossa grande preocupação pelos montantes de despesa orçamentada envolvidos, 1.299.400,00 Euros, naquilo que designam por medidas de combate à pandemia da doença COVID-19. Nem nas nossas piores expectativas podíamos imaginar ser possível prever gastar, ou dito de outra forma orçamentar um valor de 1.079.000,00 Euros, para cobertura de despesas diretamente ligadas ao combate à crise sanitária.

Separámos a vossa proposta, dado que esta modificação ainda vai ter de ser ratificada pela Assembleia Municipal, em duas vertentes; a primeira que diz respeito ao combate à pandemia e a segunda que se refere à orçamentação de alguns apoios sociais a prestar no âmbito da mitigação das consequências económicas da crise sanitária, e que se cifram, para já, em 220.400,00 Euros.

Na área dos apoios sociais estão orçamentados os 100.000,00 Euros de apoio extraordinário ao agrupamento de escolas para equipamentos de ensino à distância, 75.000,00 para produtos alimentares e refeições, 25.000,00 para apoio ao arrendamento, 10.000,00 para apoio à saúde e medicação e 10.000,00 para encargos com infraestruturas. Ainda não foram provisionadas verbas para a vossa proposta de consultoria às empresas e apoio às IPSS's com estrutura residencial para idosos.

Dessas verbas questionamos, quem são os fornecedores selecionados para fornecer os cabazes de alimentos? Quem é que fornece as refeições? Se houve algum contacto com os restaurantes locais no sentido de parte desses fornecimentos poder vir a ser feitos por eles? Essa seria uma medida que amorteceria o impacto negativo da crise em que vivem muitos dos nossos estabelecimentos. De notar que temos já casos de encerramento de empresas, nomeadamente na área da restauração, e que com o evoluir da crise outras haverá que muito provável e lamentavelmente, fecharão as portas.

Gostaríamos também de saber o que entendem por encargos com infraestruturas (consumos)? De todas essas medidas, pretendemos saber, em concreto, o racional na atribuição desses subsídios, dado os montantes em causa.

Já quanto às verbas orçamentadas para o combate à doença (1.079.000,00 Euros), pretendemos saber:

- Quais as operações que vão ter cabimento na rubrica Equipamento de Proteção individual e outros? Valor orçamentado – 450.000,00 Euros.



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

- O que entendem por Equipamentos de Saúde – Outros Investimentos? – Valor orçamentado – 100.000,00 Euros. -----
 - Qual a necessidade de se ter orçamentado 120.000,00 Euros para bens alimentares, refeições e alojamento? Quem foram e serão os beneficiários dessas refeições e desses alojamentos? Quem beneficiou de produtos alimentares, que presumimos nada têm a ver com prestações sociais? Quem foram os fornecedores das refeições e do alojamento? Também aqui faz sentido colocar a questão sobre se houve alguma discriminação positiva dos produtores e dos restaurantes locais? E em caso afirmativo quem foram os escolhidos e com que fundamento?-----
 - Orçamentam 44.000,00 Euros para despesa com auxiliares de saúde e outros, quem são os outros? Quantas pessoas estavam ou estão envolvidas? Quais as remunerações médias?-----
 - Orçamentam 45.000,00 Euros para contratos de emprego inserção – Voluntários. Quantas foram e são as pessoas envolvidas? Qual a razão para o pagamento a voluntários? Se existe algum protocolo que preveja o enquadramento destas situações?-----
 - Orçamentam 50.000,00 Euros para Análises e Material de consumo clínico? Não será esta uma responsabilidade que não devia passar pela DGS? Poderá ser considerado um adiantamento, e se foi, existe algum compromisso (protocolo) da parte do Estado para que a Câmara seja ressarcida desta verba?-----
 - Orçamentam 25.000,00 Euros em serviços de higienização, desinfeção e produtos, a questão que queremos colocar é saber onde foram feitas essas operações e quais os fornecedores envolvidos e porquê esses e não outros?-----
 - Orçamentam 25.000,00 Euros em combustíveis, e aqui a questão é saber quem foram e serão os beneficiários dessa verba, não obstante poderem ser legítimas essas aquisições? -----
 - Preveem gastar 20.000,00 Euros em oxigénio, e a questão que colocamos é saber quem consumiu esse oxigénio, e se mais uma vez não foi a Câmara a adiantar-se ao Hospital de Ovar ou ao Ministério da Saúde nessa obrigação? E se a resposta for afirmativa, pergunta-se se há algum acordo por escrito que possibilite que a Câmara seja ressarcida dessa verba? -----
 - Orçamentam 25.000,00 Euros para consumo de gás e outros, 55.000,00 Euros para consumos de eletricidade e 40.000,00 Euros para consumo de água, num total de 120.000,00 Euros. Onde foram ou serão gastas estas verbas, que racional existe para pagar montantes tão elevados e com base em que fundamento? -----
 - Orçamentam uma verba de 30.000,00 Euros para locação de banheiros químicos e outros. O que pretendem incluir nesta rubrica como outros? Onde foram instalados esses equipamentos? Quem foi ou foram o(s) fornecedor(es)? Como se procedeu à sua escolha e porquê esses e não outros? -----
 - Finalmente incluem uma rubrica de Despesas Diversas, onde está orçamentada uma verba de 50.000,00, que tipo de despesa será classificada nesta verba? -----
- Da análise global deste documento resulta claro que os custos com o combate à pandemia, não foram minimamente controlados e que a despesa agora apresentada, ainda de forma muito ambígua, ultrapassa as piores expectativas, por mais pessimistas que fossem. É para nós também evidente que:-----
- Com tanta gente envolvida no Gabinete de Crise e na Gestão da própria Câmara, não se tivesse nomeado um responsável pelo controlo dos custos desta operação, e como estamos na presença de valores muito, mas muito significativos, essa ausência é indesculpável e até inadmissível numa gestão que se pretende de transparência. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

- Não selecionaram pessoal devidamente habilitado e competente no sector de compras e na gestão de contratos de prestação de serviços e de fornecimentos, optando por um quadro sem qualquer experiência e perfil para a função, não obstante a pessoa em causa ter, o que não parece de todo evidenciado, dado o seu melhor.-----

- Existe neste conjunto de despesa muitos encargos assumidos pela Câmara em substituição de outras entidades do Estado. Ainda que se perceba a necessidade de tomar decisões com a celeridade que a situação exigia, não se deveria nem tão pouco poderia ter-se descurado a gestão do dia-a-dia, dados os valores envolvidos, e isso passava pela informação que deveria ter sido prestada às entidades responsáveis acerca da grandeza das despesas assumidas, e da necessidade de obter o acordo para o seu posterior ressarcimento ainda que, e em alguns casos, pudesse essa informação ser prestada à posterior. Esse tipo de precaução, que se prende com a gestão, dar-nos-ia hoje outro conforto, que efetivamente não temos. Quem nos diz que o Estado vai aceitar de “bom grado”, pagar à Câmara os valores que resultam dessa assunção de responsabilidades? Será que os valores envolvidos lhes farão sentido? Será que vamos assistir a uma tentativa de sacudir a “água do capote” como aconteceu com o IMI familiar?-----

Em conclusão, este documento confirma os receios com que ficámos quando lemos que, o único propósito deste executivo durante as seis semanas do cerco e das medidas de exceção, foi o combate à crise sanitária. Descuraram tudo o resto... parece até que o executivo em permanência se resumiu a uma única pessoa - o Presidente, e os outros vereadores remeteram-se ao papel de meros executores, será essa a sua função, as suas responsabilidades, o seu papel? -----

Agora, ainda a viver em paralelo o COVID-19 e as suas consequências, a conta desta gestão, começa a aparecer, excedendo já um milhão de euros e, convenhamos, em consciência, não deixa ninguém indiferente!” -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal considerou que, perante o que ouviu, terá que concordar na íntegra com as considerações que o senhor Vice-Presidente efetuou sobre os senhores Vereadores do PS.-----

Reiterou que, tudo o que foi feito foi para salvar vidas, pelo que, se não existe essa sensibilidade e essa preocupação por parte dos senhores Vereadores do PS, tal não lhe merece qualquer consideração. -----

Preocupações como: quem utilizou o oxigénio, quem foram os voluntários, os custos com EPI's; são decisões de que se orgulha e que foram tomadas no momento certo e na forma certa.-----

No que respeita aos transportes públicos, o paradigma atual é completamente diferente, dado que existe uma Autoridade Regional de Transportes, e dado que o serviço é realizado por empresas privadas, a Autoridade de Transportes tem vindo a procurar assegurar, junto dessas empresas, que a oferta de transporte seja a necessária e adequada à procura, sendo certo que a procura diminuiu em 80%, o que causou graves problemas às empresas. -----

O senhor Vereador Domingos Silva considerou que é óbvio que podemos e devemos ter opiniões diferentes sobre os assuntos, diferente é a forma como nos dirigimos às pessoas e as considerações que são feitas, com a utilização de termos como “fantoche”, “sacos de azuis”, etc., que ofendem gravemente a dignidade e a honra das pessoas. -----

Mais referiu que este é um estilo que o senhor Vereador Artur Duarte tem, de que tudo pode dizer e nada pode ouvir. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Salientou que, só por má-fé se pode dizer que a Câmara Municipal pagou 1600 euros a assistentes operacionais, quando se pode verificar os contratos celebrados no portal Base.Gov, não correspondendo tal afirmação à verdade.-----

Relativamente às contratações que foram feitas, o responsável máximo é o senhor Presidente da Câmara Municipal, havendo colaboradores que fizeram um trabalho exemplar, na linha da frente no combate a esta pandemia, e que não ficaram em suas casas.-----

Salientou, ainda, que convidou o senhor Vereador Artur Duarte para participar no Gabinete de Crise, convite que o senhor Vereador recusou, talvez pelo facto de tal participação não dar direito a receber as ajudas de custo que recebe quando vem participar nas reuniões da Câmara Municipal.-----

Realçou que vivemos um estado de calamidade, vivemos um período de estado de emergência, tendo o regime legal sido alterado para acomodar as despesas relacionadas com o combate à COVID-19, sendo que todas as despesas foram justificadas e documentadas. Mais referiu, que muitas das verbas previstas na alteração não foram gastas, mas resultam de estimativas de custo até ao encerramento das estruturas que foram montadas e outros gastos que vão ter continuidade e relacionadas com esta situação de pandemia, como sejam os custos com os consumos de água, luz e gás, previsivelmente até 31 de julho.-----

Referiu, ainda, que esta revisão foi elaborada com base na legislação de exceção direcionada para esta situação, tendo sido contabilizada toda a despesa efetuada desde 17 de março, e a despesa previsível futura.-----

No que se refere ao transporte público, referiu que as carreiras são asseguradas pelas empresas privadas, que estiverem suspensas durante o estado de emergência, e que agora estão já a funcionar, apesar da procura muito reduzida.-----

Para resolver o transporte escolar necessário, desde segunda-feira, e numa primeira abordagem, foi pedido pelas empresas cerca de 250 euros por dia e por autocarro. Entretanto, após diálogo com as referidas empresas foi possível assegurar o transporte dos alunos por valores mais reduzidos.-----

Sobre a ABTF, informou que foi feita a vistoria, estando a ser preparada a informação jurídica sobre o relatório elaborado, estando a ser avaliado se há motivo para suspender a licença de exploração, nomeadamente, ouvindo entidades externas, sendo que, numa próxima reunião, poderemos fornecer aos senhores Vereadores a informação disponível.-----

Realçou que, todos os dias é feita uma fiscalização por parte do Serviço de Fiscalização da Câmara Municipal.-----

A senhora Vereadora Júlia Oliveira realçou que, estando numa situação de emergência, com cerca sanitária municipal, com grande dificuldade em contratar pessoas, foi feito um apelo a eventuais voluntários, para o desempenho de tarefas profissionais, considerando que é de elementar justiça o pagamento do trabalho efetuado, dado o risco e cariz técnico e profissional das tarefas desempenhadas.-----

O senhor Vereador Artur Duarte realçou que se limitou a colocar questões, que podem e devem ser esclarecidas, esclarecimentos esses que compreende, sendo que, as afirmações feitas não o foram de ânimo leve, dado que sabe ler os documentos apresentados.-----

Quanto ao convite efetuado pelo senhor Vereador Domingos Silva, no sentido de aparecer às reuniões do Gabinete de Crise, teve a oportunidade de esclarecer que nessa semana não podia, por questões familiares, mas nunca se escodou a não vir a qualquer reunião ou a qualquer ação ou evento da Câmara Municipal por causa de ajudas de custos, tendo inclusive chegado a fazer viagens de avião para poder estar presente em reuniões e eventos



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

promovidos pela própria Câmara Municipal, sem que tal facto acarretasse custos para o Município. E mais referiu que, no período entre Outubro de 2017, e Abril de 2019, embora residisse em Lisboa, recebia como ajudas de custo o valor correspondente à sua morada de Esmoriz, suportando na íntegra a diferença referente aos custos das deslocações que efetuou nesse período. -----

Considerou um insulto a afirmação do senhor vereador Domingos Silva, de que não esteve presente por uma questão de pagamento de ajudas de custo. -----

A senhora Vereadora Fátima Bento, sobre a questão do voluntariado, discordou do conceito de voluntariado apresentado pela senhora Vereadora Júlia Oliveira, sem prejuízo de considerar que as pessoas possam ser ressarcidas pela disponibilidade e pelas tarefas desempenhadas. No entanto, considerou que essas pessoas não são voluntárias, uma vez que estes exercem as suas tarefas de forma totalmente gratuita.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal expressou uma palavra de gratidão pública a todos os que, de forma voluntária, ajudaram e contribuíram para combater esta situação de pandemia. -----

A senhora Vereadora Ana Cunha deu conta de ter recebido por parte da comunidade educativa palavras de agradecimento pelo facto de a Câmara Municipal iniciar as obras de beneficiação das Escolas do Furadouro e da Habitovar.-----

O senhor vereador Alexandre Rosas deu conhecimento de uma carta que lhe foi dirigida pela Professora Esmeralda Souto, cujo teor agradece.-----

Informou que, no próximo sábado, irá ter lugar um concerto pelo cantor Fernando Daniel, de agradecimento a todos os civis que ajudaram e participaram no combate à pandemia, no átrio da Igreja Matriz de Ovar, que terá uma componente solidária de angariação de fundos para o projeto *Mãos Solidárias*. -----

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, JURÍDICO E FINANCEIRO -----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2020. -----

Deliberação nº 209/2020:-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata.-----

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES - PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA ESCOLA BÁSICA DA REGEDOURA.-----

Deliberação nº 210/2020:-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a cedência e o respetivo Protocolo de Colaboração.-----

DIVISÃO FINANCEIRA-----

INFORMAÇÃO RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESPESA DE 08 A 14 DE MAIO DE 2020. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

*Deliberação nº 211/2020:-----
Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e aprovar. -----*

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA RESPEITANTE AO DIA 14 DE MAIO DE 2020 - PARA CONHECIMENTO.-----

*Deliberação nº 212/2020:-----
Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento. -----*

2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2020 - PARA CONHECIMENTO E REMESSA AO ÓRGÃO DELIBERATIVO.-----

*Deliberação nº 213/2020:-----
Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter à Assembleia Municipal. -----*

DIVISÃO DE PROJETOS E OBRAS MUNICIPAIS-----

REQUALIFICAÇÃO DO EIXO VIÁRIO CONSTITUÍDO PELAS RUAS DR. MANUEL ARALA E ELIAS GARCIA - OVAR - APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHOS E PAGAMENTOS/CRONOGRAMA FINANCEIRO ATUALIZADOS - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DATADO DE 14.05.2020.-----

*Deliberação nº 214/2020:-----
Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de 14.05.2020.-----*

DELIBERAÇÕES: -----

As deliberações foram aprovadas em minuta no final da reunião, nos termos do nº 3 do artº 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

ENCERRAMENTO: -----

E como nada mais havia a tratar pelo Presidente foi encerrada a reunião, pelas 10:41 horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes, e por mim, Susana Cristina Teixeira Pinto, Diretora do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro, que a secretariei. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR
